

EDUCAÇÃO

Boletim Informativo

Índice

03	MP participa da abertura da 4ª Conferência Estadual de Educação da Bahia
04	Projeto para fiscalizar a frequência de alunos nas escolas estaduais e municipais é discutido em reunião
05	Reunião discute a situação das escolas militares no país
06	MP visita escolas em Ilhéus e encontra irregularidades nas estruturas
07	Município de Ilhéus se compromete a construir creches e assegurar transporte para crianças e responsáveis
08	Município de Ibiassucê se compromete a disponibilizar creche para crianças de até três anos de idade
09	Reunião debate fechamento de escolas municipais de Salvador por conta de reformas
10	MP recomenda que escolas privadas de Euclides da Cunha não dificultem a matrícula de deficientes
11	MP aciona Camaçari para que disponibilize profissionais de apoio a alunos especiais
12	MP promove evento para discutir educação inclusiva
13	Reunião discute descumprimento de lei sobre a inclusão de assistentes sociais e psicólogos em escolas públicas

MP participa da abertura da 4ª Conferência Estadual de Educação da Bahia

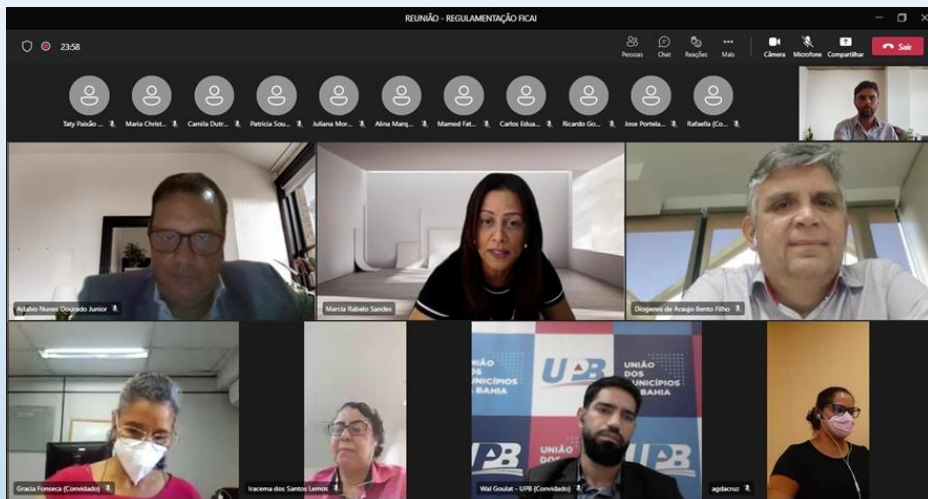
O Ministério Público estadual participou, no dia 7 de abril, da 4ª Conferência Estadual de Educação da Bahia. O evento, promovido pela Secretaria de de Educação do Estado (SEC) em parceria com o Fórum Estadual de Educação da Bahia (Feeba), impulsionou discussões sobre o tema "Em defesa da democracia, da diversidade, da educação pública com participação popular".

O coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação do MPBA (Ceduc), o promotor de Justiça Adalvo Dourado, representou a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti na mesa de abertura do evento. Também estiveram presentes a conselheira do Conselho Estadual de Educação (CEE-BA), Dinalva dos Nascimento, representando o secretário da Educação do Estado em exercício, e coordenadores e técnicos da SEC.

A pedagoga Iracema Lemos também participou do evento e das discussões sobre os problemas relativos à educação representando o Centro de Apoio.

Fonte: Imprensa MPBA e CEDUC

Projeto para fiscalizar a frequência de alunos nas escolas estaduais e municipais é discutido em reunião



O Ministério Público estadual reuniu-se remotamente, na tarde do dia 30 de março, com representantes das Secretarias municipais e estaduais de educação, e com a União dos Municípios da Bahia (UPB), para alinhar e estruturar a retomada de um instrumento capaz de acompanhar e fiscalizar a frequência escolar dos alunos.

Como uma estratégia de combate à evasão escolar, durante o encontro, foram discutidos os pontos principais para a instalação de uma ferramenta de controle de frequência de crianças e adolescentes nas escolas.

No encontro, a promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca), Márcia Rabelo, sugeriu como exemplo de fiscalização o projeto de Regulamentação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (Ficai) de 2008. O coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), promotor de Justiça Adalvo Nunes, reforçou a situação atual em relação às frequências dos alunos e convocou as instituições ali representadas para um pacto que viabilize a construção de um projeto.

Participaram da reunião os pedagogos do Ceduc José Sérgio Gomes e Iracema dos Santos Lemos; os integrantes da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb), Diógenes de Araújo, Carlos Eduardo da Silva, José Portela Júnior e Ricardo Gonçalves Barral. Além disso, também compareceram os representantes da Educação Estadual da Bahia Mamed Fatal e Maria Cristina, da Secretaria Municipal de Educação Rafaella Pondé, da UPB Wal Goulart, e da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (CMDCA), Tatyane Paixão.

Fonte: Imprensa MPBA

Reunião discute a situação das escolas com gestão compartilhada com a polícia militar



As escolas com gestão compartilhada com a polícia militar existentes na Bahia e no país foram tema de discussão na reunião que aconteceu no dia 09 de março, promovida pelo Ministério Público estadual, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc) e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme).

Durante o evento foi pontuado que a Bahia possui um total de 100 escolas com gestão compartilhada com a Polícia Militar da Bahia. Também foi discutido que a atuação policial nas escolas não possui base legal de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que define o gerenciamento, a forma de ingresso e a formação necessária para atuação legal dos profissionais dentro dessas escolas.

Na ocasião, a palestrante Catarina de Almeida, professora da Universidade Federal de Brasília (UNB), ressaltou que, no Brasil, no ano de 2020, já havia mais de 500 escolas dentro desse formato.

Estiveram presentes no encontro os promotores de Justiça Adalvo Dourado, coordenador do Ceduc; e Valmiro Macedo, que atua na área de educação da capital; além dos pedagogos Iracema Lemos e Sérgio Gomes; o analista jurídico do Ceduc, Rafael Mansur; a professora Alda Pepe; a assessora especial da Uncme, Gilvânia Nascimento; e a servidora Inez Isabela, que atua no Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do MP (Caodh).

Fonte: Imprensa MPBA

MP visita escolas em Ilhéus e encontra irregularidades nas estruturas



Duas escolas da zona rural do município de Ilhéus receberam visitas do MP para averiguar as condições de retorno às atividades presenciais, estrutura, transporte e alimentação escolar. Nas visitas, que ocorreram no dia 18 de março, foram inspecionados os nove prédios que compõem a Escola Municipal Manoel Malaquias Reis e a Escola Municipal de Jureana.

Segundo a promotora de Justiça Mayanna Ribeiro, que conduziu as vistorias, sete prédios encontravam-se completamente reformados, enquanto dois tinham estruturas “muito precárias”. A alimentação escolar não estava sendo fornecida em toda a rede municipal no retorno às aulas, mas Rita Kruschewsky, coordenadora do setor de alimentação escolar da Secretaria de Educação, informou que o fornecimento seria regularizado a partir do dia 21 de março.

As visitas fazem parte das ações do programa institucional do MP ‘Saúde + Educação: Transformando o Novo Milênio’, que têm o objetivo de acompanhar e fiscalizar a infraestrutura das unidades de ensino

Fonte: Imprensa MPBA



Município de Ilhéus se compromete a construir creches e assegurar transporte para crianças e responsáveis

Cinco novas creches, com capacidade para atender pelo menos 370 crianças de até três anos de idade, deverão ser construídas em Ilhéus. As unidades de educação serão disponibilizadas pelo Município, que firmou um acordo com o Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Mayanna Ferreira Ribeiro Floriano. O compromisso assinado pelo prefeito Mário Alexandre Correa de Souza é de construir duas creches até o ano de 2022, duas até 2023 e uma quinta até 2024.

O acordo encerra a execução de uma ação civil pública e de um processo administrativo da 7ª Promotoria de Justiça de Ilhéus, designada para atuar na atribuição de educação. Os procedimentos acompanhavam a situação da educação infantil no Município e buscavam assegurar acesso à educação infantil na rede pública ou, mediante convênio com o Município, na rede particular. As cinco creches deverão garantir que o Município tenha capacidade para atender a população de crianças em idade escolar e pré-escolar, fornecendo transporte para as crianças e seus responsáveis que não consigam vagas em unidades próximas a suas residências.

Fonte: Imprensa MPBA



Município de Ibiassucê se compromete a disponibilizar creche para crianças de até três anos de idade

Crianças de até três anos de idade deverão ter acesso garantido a creche municipal pela primeira vez em Ibiassucê. O direito será assegurado pelo Município após cobrança do Ministério Público estadual, que, por meio da promotora de Justiça Adriana Patrícia Cortopassi Coelho, reuniu-se com o secretário de Educação, Sandro Wagner, e o assessor Jurídico do Município, André Yuri, no dia 10 de março. No encontro, eles abordaram a política pública municipal de fornecimento de serviço educacional para crianças com idade inferior a quatro anos.

A situação estava sendo apurada pelo MP em procedimento administrativo instaurado pela promotora de Justiça. Ela chegou a emitir recomendação ao Município orientando a adoção de medidas que verificassem a demanda real por vagas em creche e a elaboração de um plano municipal para atendimento das crianças. Durante a reunião, o Município se comprometeu a apresentar ao Conselho Municipal de Educação proposta de utilização de espaço ocioso na Escola Municipal Mundo Encantado para oferecimento do Maternal II, que compreende educação infantil para crianças com idade superior a três e inferior a quatro anos. Além disso, a aproveitar a equipe pedagógica da escola com reforços de profissionais e a utilizar o espaço físico que possui brinquedos educacionais para as crianças. Após aprovação do Conselho Municipal de Educação e ajuste espacial/pedagógico, explica Adriana Cortopassi, o Município deverá elaborar o cadastro das crianças para início das atividades escolares conforme ano letivo.

Fonte: Imprensa MPBA

Reunião debate fechamento de escolas municipais de Salvador por conta de reformas



O Ministério Público estadual promoveu no dia 29 de março uma reunião para discutir o fechamento de escolas municipais em razão da realização de obras de reforma em Salvador, o que atrasou o início das aulas presenciais que foram suspensas há dois anos com a pandemia do coronavírus.

Na ocasião, o secretário municipal de Educação Marcelo Oliveira ressaltou que a escassez de materiais de construção foi uma das razões que provocaram a demora no início das obras.

Participaram da reunião os promotores de Justiça Valmiro Macedo, coordenador das Promotorias de Educação, Adelina Carvalho, Cláudia Elpídio, e Nidalva Brito; o secretário de educação Marcelo Oliveira, além de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Ba). O secretário de educação se comprometeu também que as aulas serão repostas com o objetivo de atender os 200 dias letivos ou o equivalente a 800 horas.

Fonte: Imprensa MPBA

[Leia na íntegra](#)

MP recomenda que escolas privadas de Euclides da Cunha não dificultem a matrícula de alunos com deficiência

O Ministério Público estadual recomendou que as instituições de ensino básico da rede privada do Município de Euclides da Cunha não recusem ou dificultem a matrícula de estudantes com deficiência, inclusive autistas. No documento, assinado no dia 4 de abril, o promotor de Justiça Samory Pereira Santos propõe que as escolas adotem todas as medidas práticas necessárias para favorecer o acesso à educação do público com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Dentre as medidas recomendadas às escolas estão a efetivação da matrícula no ensino regular de todos os estudantes que buscarem os seus serviços, independentemente da condição de deficiência, física, sensorial ou intelectual; e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), de forma a promover a inclusão escolar, o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem desses estudantes.

A recomendação levou em consideração a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que garante que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

Fonte: Imprensa MPBA

[Leia na íntegra](#)

MP aciona município de Camaçari para que disponibilize profissionais de apoio a alunos especiais



O Ministério Público estadual ajuizou no dia 19 de abril, ação civil pública contra o Município de Camaçari, em razão da ausência de profissionais de apoio para crianças e adolescentes com necessidades especiais na rede municipal de ensino. A ação foi ajuizada pela promotora de Justiça Thiara Rusciolleli.

Na ação, o MP requer à Justiça que determine à Secretaria Municipal de Educação a oferta dos chamados Auxiliares de Desenvolvimento Infantil para Pessoas com Necessidades Especiais (ADI/PNE) em caráter de urgência e de forma contínua. Conforme a promotora, estima-se que 238 crianças e adolescentes necessitem do serviço de apoio, mas menos 40 delas disponha atualmente do auxílio. Além disso, o MP solicita que seja apresentado um plano de gestão que assegure a oferta de profissionais de apoio para esses alunos.

A promotora Thiara Rusciolleli aponta que a não disponibilização de profissionais de auxílio para os alunos viola o direito à educação desses estudantes, uma vez que se encontram impedidos de frequentar a escola. A ação decorre de inquérito civil instaurado após o começo do ano letivo, iniciado em março deste ano. Segundo o documento, a Secretaria Municipal de Educação, quando questionada pelo MP, informou apenas que “que a contratação destes profissionais está em fase de licitação e dentro em breve serão convocados, sem, ao menos, informar qual o real andamento desta demanda ou mesmo se haverá, de fato, tal contratação”.

Fonte: Imprensa MPBA

[Acesse aqui a ACP](#)

MP promove evento para discutir educação inclusiva



Com o tema ‘A escola que temos e a que queremos’, o Ministério Público estadual promoveu na manhã no dia 29 de abril um webnário para discutir a importância da educação inclusiva e o papel dos conselhos municipais na inclusão escolar. A programação foi aberta com a palestra ‘Queremos uma escola acessível a todos’, que foi apresentada pela professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em psicologia escolar e do desenvolvimento humano, Fernanda Gutierrez.

A mesa de abertura contou com a presença dos promotores de Justiça Adalvo Dourado, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Educação (Ceduc); Tiago Quadros, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf); e Patrícia Medrado, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Saúde (Cesau).

A professora da Universidade do Estado da Bahia, Selma Daltro, falou sobre o tema ‘O papel dos conselhos municipais na promoção da inclusão escolar’ e destacou a importância do diálogo do Ministério Público com os conselhos. O webnário contou também com a palestra ‘Saúde e educação – uma articulação para o cuidado integral’, que foi ministrada pela médica psiquiatra do Centro de Referência Estadual para Pessoas com Transtorno Espectro Autista (CRE – TEA), Márcia Andrade Pinho.

Reunião discute descumprimento de lei sobre a inclusão de assistentes sociais e psicólogos em escolas públicas

O Ministério Público estadual, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), reuniu-se com o Conselho Regional de Serviço Social da 5ª Região (Cress), n dia 26 de abril, para tratar acerca do descumprimento da Lei 13.935/19, que dispõe sobre a inclusão de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas.

O coordenador do Ceduc, promotor de Justiça Adalvo Dourado, informou que foi encaminhada às Promotorias que atuam na área uma informação técnica com orientações sobre possível ministerial com base na lei em questão. Ele também sugeriu o diálogo preliminar com as Secretarias municipal e estadual de Educação, sendo mediado pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (Nupia) do MP, tal como emissão de nota com informações, diretrizes, pesquisas e referências concretas sobre o tema.

Além do coordenador, estiveram presentes a pedagoga do Ceduc Iracema Lemos; o analista jurídico Rafael Góes; e os integrantes do Cress, o advogado Flávio Augusto Dantas, a assessora técnica Jamile Araújo e a estagiária Emily Santos.

Fonte: Imprensa MPBA



Expediente

Procuradora Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEDUC
Coordenador
Adalvo Nunes Dourado Júnior

Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabeth Alves Silva Ferreira
Elaine Jansen Pereira
José Sergio Gomes da Silva
Iracema dos Santos Lemos
Patricia Souza Gomes A. de Oliveira
Rafael Augusto Mansur Góes

Organização e Produção do Boletim
Elizabeth Alves Silva Ferreira
José Sérgio Gomes da Silva



Ceduc@mpba.mp.br



3103-0385



3103-0387

3103-0388

Índice



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui